

JOAQUIM MANUEL MAGALHÃES: ENTRE O FOGO E A RAZÃO

Reuniu Joaquim Manuel Magalhães num único volume* os três livros de ensaios que consagrou no passado à poesia portuguesa — *Dois Crepúsculos* (1981), *Um Pouco da Morte* (1989), *Rima Pobre* (1999) —, a que juntou agora um quarto, «António Maria António Pedro», constituído por textos inéditos em livro maioritariamente escritos entre 2004 e 2007 (informação dos editores, p. 1147), ano em que o autor se desinteressou de dar seguimento a este tipo de reflexão sobre a poesia portuguesa contemporânea, tarefa que iniciara com algum empenho e regularidade no meado da década de 70 do século xx.

Indicada na breve «Nota Global» (7) que escreveu para abrir esta soma de livros, a desistência de 2007 não o impediu, porém, de acrescentar em 2022 — e com esta data vão elas identificadas — umas notas de rodapé sobre a evolução de alguns poetas portugueses, que funcionam como reactualizações dos seus juízos anteriores. Estão neste caso as nótulas tributadas a José Tolentino Mendonça (785) e Jorge Roque (1120), neste para reafirmar a sua admiração por um quase desconhecido poeta e no outro para a invalidar numa figura hoje conhecidíssima, e as dedicadas a Eugénio de Andrade (862) e Maria de Fátima Borges (907) — aqui para assinalar a morte desta sua antiga colega dos bancos da Universidade de Coimbra e ali para reler a prosa do poeta no meio de considerações editoriais e autobiográficas ainda longas.

Escrita na mesma leva dos acrescentos de 2022, também a «Nota Global», pode ser vista como uma explicitação dos propósitos críticos do autor em relação à poesia portuguesa sua contemporânea e como reactualização de uma linha anterior de leitura, a da escolha de um corpo de nomes e de obras, com a indicação de poetas que lhe são gratos mas começaram a publicar depois de 2007, ou após este ano deram a lume o mais significativo, ficando por isso fora da crítica do autor — Frederico Pedreira, Sebastião Belfort Cerqueira, Marcos Foz — e de um

outro poeta, Fernando Guerreiro, que, escrevendo antes desse limite e merecendo desde o início a sua atenção, ficou por desajustes vários, sempre temporais, nunca de gosto, fora dos seus livros.

Quase meio século após Joaquim Manuel Magalhães ter começado a escrever sobre poesia portuguesa, ao menos de forma pública, três lustros após ter abandonado essa mesma escrita e no momento em que todos os seus textos sobre o assunto são coligidos numa cuidada e credível edição, porventura a definitiva — isto se ele deixou mesmo de escrever sobre o tema e se só por excepção a ele regressou nas breves notas desta soma de 2022 —, temos boas razões para tentarmos um primeiro exame sério e imparcial a um sector marcante do seu ensaísmo. Só assim poderemos saber, ainda que não em definitivo, já que este nosso texto não é senão introdutório, o lastro que deste volume passará ao futuro e aquele que sem remédio se perderá.

Antes de mais é necessário conhecermos as intenções desta crítica. Nunca elas foram tão claras ao longo das três décadas da actividade pública do autor como no segundo parágrafo dos quatro que constituem a «Nota Global». Diz ele aí em jeito de balanço que nunca com os seus textos pretendeu fundar «uma história contemporânea da nossa poesia» e criar um «projeto com intuito de indicar um qualquer cânone». Limitou-se a escrever sobre obras e autores por motivos pessoais. Afirma: «Sempre falei de um livro pelo impulso que me provocava para falar dele e não por qualquer outra razão.» Estamos assim diante de uma obra crítica que em última visão abdica de qualquer pretensão de exercer um magistério colectivo, já que só depende do sujeito e do seu entrenchamento e vive em exclusivo dos seus gostos poéticos pessoais.

Não deixando margem para equívocos, e nesse ponto a «Nota Global» é exemplar de concisa precisão, esta intenção ganha em ser cruzada com as declarações que o autor fez na «Nota Introdutória» (15) da sua recolha de 1981 e que podem ser vistas como o antecedente longínquo, mas em simultâneo o mais próximo, das afirmações feitas em 2022 na defesa de uma crítica centrada no sujeito — essa que tão-só dá a ler uma biblioteca pessoal de poetas. Diz ele: «Apenas falei, como se verá, de alguns. Aqueles ‘contra’ os quais me foi seduzindo colocar a minha própria atividade de poeta. Porque foi enquanto ‘outro poeta’ que me interessou lê-los, e não enquanto professor ou crítico de literatura. Se fosse este último caso, por certo algumas lacunas deveria ter preenchido.»

Tais questões são da maior importância para se começar a compreender a situação da obra crítica de Joaquim Manuel Magalhães sobre a poesia portuguesa do passado recente. Foi enquanto «outro poeta» que ele escolheu as obras de que falou e não enquanto «professor ou

crítico de literatura». Do ponto de vista destes, quer dizer, de uma crítica não assente no gosto do sujeito mas na realidade do objecto, o autor reconhece as suas «lacunas». Ora houve desde sempre a inclinação de atribuir um estatuto equidistante à sua crítica, que é da maior urgência afastar e deixar cair — ou ao menos relativizar. O que temos nesta soma crítica não é, nem podia ser, tantas são as ausências (sendo a mais sensível a estirpe que Herberto agrupou em *Edoi Lelia Doura — Antologia das Vozes Comunicantes da Poesia Moderna Portuguesa*, 1985), a «poesia portuguesa contemporânea», mas tão-só o *cânone* para uso pessoal que o autor construiu com ela. Dessa perspectiva, a obra tem uma legitimidade que nos cabe respeitar, já que se situa num território tão neutro que é, e sempre será, inatacável — embora também anistórico e por isso não dialógico.

O problema desta crítica, como de resto de todas, é que não se situa apenas no terreno das suas intenções. Ela nem sempre mostra o que afirma pretender. Mesmo admitindo que muitos mal-entendidos se geraram do seu lado de fora, ainda assim temos de aceitar que é impossível não perceber que em muitos momentos, e nem por isso os piores, o autor falou nestes textos como crítico, como professor e até como sociólogo dos mecanismos da cultura. Deste último ponto de vista, criou mesmo um curioso neologismo, «bertrandização» (51), significativo para se perceber o condicionamento do gosto público pelos arranjos económicos que regulam a circulação do livro. É impossível encarar o conjunto destes textos como mera enunciação de um poeta que lê os seus contemporâneos à procura de descobrir o seu caminho. Basta ler no livro de 1981 a comparação entre Jorge de Sena e Vitorino Nemésio (25-36), a análise de duas edições do livro *Cantata* de Carlos de Oliveira (55-64) e as demoradas observações sobre dois livros de António Osório (129-141) para encontrarmos um grau de erudição, um jargão técnico, uma ginástica de leitura, uma volição programática que só dentro de princípios académicos e críticos se justificam. Tal como no mesmo livro basta o segundo parágrafo do texto consagrado a Fernando Assis Pacheco (151) sobre as condições do mercado editorial e do *marketing* publicitário, para depararmos com alguém que razoadamente desmonta os dispositivos com que a contemporaneidade condiciona a literatura.

Onde a presença do crítico e do professor mais se faz sentir é porém no livro de 1999 e nos textos dedicados a Fernando Pessoa (559-564), a Sophia de Mello Breyner Andresen (585-617), a António Manuel Couto Viana (619-643) e, sobretudo, a Herberto Helder (661-679). Este último trabalho é um estudo global suportado por uma vasta teia bibliográfica e não uma mera e pontual recensão de livro. Algo de idêntico se passa na recolha de 1989, em nota dedicada a colectânea

de Nuno Júdice (507-512), em que aborda com fecundos instrumentos um poeta que, embora exacto contemporâneo seu, não pertence à sua linhagem poética.

É na constatação de que este ensaísmo não se valida só do ponto de vista do sujeito, mas recorre a estratégias de enunciação que visam um quinhão de conhecimento universal, e logo um consenso tácito à sua volta, que a crítica de Joaquim Manuel Magalhães é susceptível de ser avaliada. A partir do momento em que se depara na escrita do autor com muito mais do que uma enumeração centrada no sujeito, quer dizer, um «*cânone* para uso pessoal», a sua acção perde o estado de inocência histórica e de neutralidade judicativa. É possível entrar em diálogo com ela, debatendo a validade dos seus juízos e dos seus fundamentos e destrinchando contributos, fragilidades, hesitações. O pior que pode suceder a esta crítica é ser tomada como um magistério intocável, imaculado, confundindo gosto pessoal e sentido geral.

Iniciemos este debate — e nada mais nos é dado fazer senão iniciar — com o texto «Bichos» (871-872), recolhido agora pela primeira vez em livro (foi publicado originalmente no jornal *O Independente*, 2/6/1989). É talvez o texto mais discutível de todo o conjunto e aquele que melhor ilustra aquilo que dizemos. Não pode ser encarado como mera deriva do gosto individual, nem aí se escudar, pois tem um asserto professoral logo na frase de abertura — «Por razões profissionais, tive de reler, ao fim de muitos anos, *Bichos* de Miguel Torga» —, a que se segue um juízo inequívoco, com valor geral — «Quando acabei, percebi o que é a literatura provocar o estado de nojo.» Os motivos que fundam tão dura apreciação — «fábulas deprimentes», «pose fradesca», «prosa desbocada», «português retrógrado, alambicado de regionalismos», «ritmo de quem apenas pretende despachar a catequese» — são ao menos controversos e merecem discussão.

Como é possível falar de fábula deprimente, a mais gravosa acusação a um conto, a propósito de «Vicente», narrativa que fecha o livro e será, porventura, um dos picos de efabulação libérrima com matéria mítica de que há notícia na literatura portuguesa de sempre? Nem um único regionalismo aí se encontra, numa prosa precisa, certa, enxuta, que é todo o contrário do português retrógrado, da prosa desbocada, do entono alambicado, do ritmo catequético, da fradice beata. Basta este libelo, livre e imaginoso, numa prosa tersa, com nervo, para justificar o livro — não se justificasse ele em tantos outros momentos — e impugnar a severidade da crítica que vai ao extremo cruel de ter por preferível os adolescentes das escolas deixarem de ler, caso a alternativa seja estarem obrigados a uma tal feira de contos.

Juízos infundados, ou no mínimo precipitados, a requerer interpelação, topam-se com demasiada frequência nesta crítica. Como

justificar a frase: «a poesia de Garrett e de Herculano é insuportável» (224)? E esta: «os românticos históricos portugueses não passam de uns sensaborões provincianos»? Como explicar que um poeta que tão antecipadamente escreveu tantos dos poemas que depois foram assinados pela geração de *Orpheu*, Eugénio de Castro, seja apenas o epígono de epígonos (287)? Como fundamentar que Manuel Alegre é um «poeta menor» (238)? E que Mário Dionísio é o autor de «uma obra em verso depressivamente medíocre» (451)? E o mesmo para Egito Gonçalves (859) e Joaquim Namorado (686), o único poeta do Novo Cancioneiro que Mário Cesariny recuperou para uma antologia sua? Porquê «nome irrelevante» a propósito de Helder Macedo (448)? E porquê José Saramago seguidor de «*best-sellers* inqualificáveis de desvergonha seguidista» (859)? E porquê «a pequena apoteose de egos mal expressivos da nova geração de médicos escritores» (50)? E como é possível, mesmo com pinças de ouro, comparar André Breton com Estaline (322)? Eis algumas das perguntas — e talvez a mais crucial nem sequer esteja aqui — que é necessário deixar à consideração do autor.

A propósito de André Breton, diga-se que uma das lacunas do crítico é o surrealismo. Tomando Cesariny como um poeta do seu gosto pessoal, dedica-lhe vários textos. O empenho não chega, porém, para dar pertinência às leituras, muito mais limitadas do que as dedicadas a outros poetas do mesmo período, ou do seguinte, como Sena, Sophia, Eugénio, Couto Viana, Herberto e Fernandes Jorge. No caso de Cesariny, ele nada avança em relação às posições de António Ramos Rosa e de Gastão Cruz, que ensaiaram ler Cesariny como «poeta realista», tese que o autor retoma sem qualquer avanço (98). Há até um erro de cronologia que agora podia ter sido evitado. Refiro-me à datação do poema *A Cidade Queimada* em 1970 (97). Embora o conjunto tenha sofrido um pequeno acrescento posterior que em nada interfere com o miolo poético central, o poema foi escrito, e assim se manteve, em 1964 — estava Cesariny em Fresnes e depois em Londres — e publicado no ano seguinte.

Como quer que seja, seria grave injustiça para com a crítica de Joaquim Manuel Magalhães ocultar com estas questões — e muitas mais se podiam juntar no quadro do tratamento do surrealismo — os merecimentos da sua acção. Muitos dos seus textos — sobretudo quando a sua simpatia é manifesta e o autor pertence à sua família de eleição, o realismo, mas nem sempre este requisito é indispensável — revelam uma agilidade de leitura invulgar e um poder interpretativo que, não podendo nem querendo criar um cânone geral, contribuem para um conhecimento aprofundado de uma parcela da poesia portuguesa mais recente. Em alguns momentos, como é o caso do trabalho dedicado ao orfismo de Herberto e da exegese consagrada às influên-

cias da cultura grega arcaica e clássica na poesia de Sophia (602-613), esses textos transformam-se até em estudos de acurada e rara inteligência hermenêutica, que só se pode lamentar não terem tido mais continuada persistência.

Não obstante e por muito que possamos admirar certas leituras do autor, com sinceridade o dizemos, e aceitar até como saudável a ousadia dos seus agressivos contrapontos críticos, arrasando obras que podem andar sobrevalorizadas (Torga e Saramago), não é aí que encontramos o superior interesse do seu trabalho. Só quando ele fala como «outro poeta», deixando de lado o professor e o crítico, a originalidade do seu ensaísmo, a absoluta singularidade da sua palavra vem ao de cima. Ainda que se lhe possa encontrar um antecedente — *Palavras Loucas* (1894) de Alberto d'Oliveira —, certo é que a crítica literária em Portugal enveredou depois de António Sérgio, Veiga Simões e Fernando Pessoa por um tipo de racionalização a que nenhum crítico do século xx português ousou fugir — de Nemésio a Sena, de Régio a Gaspar Simões, de Mourão-Ferreira a Luiz Pacheco. Mesmo Eduardo Lourenço, onde mais se sente a consciência de que o crítico é um *outro* antropólogo que anda a brincar aos índios e que a sua acção nos garante o supérfluo, privando-nos do fogo essencial, está longe de representar o luxo selvagem que a poesia dá. É preciso ler alguns passos de Joaquim Manuel Magalhães para perceber como a crítica — *rima pobre* que se paga sempre cara — pode ser mais do que a deceptiva «gramática» da poesia.

Os três primeiros parágrafos de «Coisas Gerais» (219) são um bom exemplo do que afirmamos. Está lá o sujeito, com todo o peso da sua biografia. Fala do gato, da lareira, da avó, abstendo-se de qualquer juízo literário. Em vez do crítico, do professor, do sociólogo, capta-se em cheio o «outro poeta». É em tais momentos que esta crítica se supera. Não hesitamos em dizer que os melhores momentos do volume se situam neste registo. A hermenêutica sobre a dimensão órfica de Herberto Helder é boa, muito boa até, mas a carta aberta que o autor escreve ao poeta, «Por causa de *Photomaton & Vox*» (103-106), e que começa «Eu nunca tomei uma bica consigo» e continua num tom desabrido e veemente, deitando ao papel todos os demónios, é ainda melhor. Em três páginas, essa carta embolsa boa parte dos textos críticos que se escreveram sobre o poeta e tem um valor universal que só a poesia alcança.

O mesmo se diz para o texto que serviu de prefácio ao livro *Crónica* (1977), de João Miguel Fernandes Jorge, «Arte de Memória» (178-181), recolhido depois no livro de 1981. Muito escreveu — ou tem escrito — Magalhães sobre a poesia deste autor, por vezes até com demorada erudição, como sucede no texto «Classicismo Greco-

-Latino e Helenismo em *Barco Vazio*, de João Miguel Fernandes Jorge» (724-741), mas em nenhum outro momento conseguiu tanto e tão bem como neste relâmpago, que recusa explicitamente qualquer «análise» do livro (180). E o mais habilidoso que ele teceu sobre Cesariny — o primeiro parágrafo do texto recolhido no livro de 1981 (93) — foi ainda neste plano, sem intenção de exame mínimo, que o deu. E como calar essa narrativa dramática e primitiva, cheia de simbolismo, «Natal em São Miguel, 1996» (897-902)?! Nenhuma exegese, nenhuma análise, nenhum frio e distante raciocínio pode traduzir de forma tão sensível e tão imediata a experiência poética e o que nela há de selvático e de escaldante.

Uma última palavra para o aparato editorial do volume. Ao invés do que sucedeu com as edições originais da poesia do autor, todas reescritas no momento da reedição, os livros aqui reunidos não sofreram reelaboração. Tirando um único caso, respeitante a um poeta espanhol, a revisão dos livros anteriores apenas incidiu em gralhas evidentes. O resto foi reeditado tal e qual, só com os acrescentos atrás referidos — as notas escritas em 2022. Diga-se, em abono da edição, que em mais de mil páginas as gralhas são raríssimas e os editores tiveram o cuidado de acrescentar algumas notas suplementares ao texto e uma final — esta com a função de servir de roteiro explicativo ao volume. O acrescento mais valioso, posto que porventura incompleto, foi, porém, o elenco final, «Índice de Edições», constituído por uma listagem de obras citadas no volume e seus respectivos autores e que de muito préstimo é na sua consulta.

António Cândido Franco

[O Autor segue a antiga ortografia.]

* Joaquim Manuel Magalhães, *Poesia Portuguesa Contemporânea*, Bestiário, 2022.